



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DO AMBIENTE E CLIMA
FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS

SOLICITAÇÃO PARA PODA E REMOÇÃO DE ÁRVORE EM ÁREA PÚBLICA

NOME: _____
CPF/CNPJ: _____ IDENTIDADE: _____
ENDEREÇO: _____
Nº: _____ COMPLEMENTO: _____
BAIRRO: _____ CEP: _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____
TELEFONES: _____
E-MAIL: _____

Vem requerer nos termos do artigo 477 da Lei Orgânica do município e artigo 49 da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais):

AUTORIZAÇÃO PARA A REMOÇÃO DE _____ ÁRVORES (S) E/OU PODA DE _____ ÁRVORES ÀS CUSTAS DO REQUERENTE, A SER EXECUTADA POR PROFISSIONAL CREDENCIADO JUNTO À FPJ, MEDIANTE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

LOCAL DO SERVIÇO:

(☐) ENDEREÇO ACIMA DESCRITO (☐) OUTRO ENDEREÇO (ESPECIFICAR):

MOTIVO: _____

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

RIO DE JANEIRO, _____ DE _____ DE 20____

REQUERENTE

Documentos necessários para abertura de processo junto à FPJ:

- 1) Cópia da carteira de identidade e CPF do proprietário (ou Síndico).
- 2) Cópia da ata de eleição do síndico, se couber.
- 3) Procuração do representante legal, se for o caso.
- 4) Comprovante de residência.
- 5) Croqui de localização e fotos da(s) árvore(s).
- 6) Certificado de credenciado com validade atualizada.
- 7) Relatório técnico de vistoria, Portaria FPJ 136/2018.

OBS: No caso de deferimento do requerido e antes da emissão da autorização, deverá ser apresentada cópia do certificado do profissional credenciado na FPJ, de acordo com o Decreto nº 28.328 de 17/08/2007, que realizará o(s) serviço(s).

IMPORTANTE:

- A remoção da árvore, sem prévia autorização da FPJ, implicará em multa de até 1.254 UFIR's.
- Consta no Protocolo e site da FPJ a listagem de credenciados na FPJ aptos para promover a remoção de árvore em área pública, conforme o Decreto 28.328/07.
- A autorização para remoção de árvore em área pública será emitida pela Presidência da FPJ, **com isenção de taxa** de acordo com a Lei 691 de 24/12/84, e será entregue pela Diretoria de Administração e Finanças - DAF.
- Na falta dos documentos exigidos, não poderá ser feita a vistoria requerida.